

CORRUPÇÃO NO MEC

IMPACTO ELEITORAL

Prisão de ex-ministro estremece campanha de Bolsonaro e esvazia discurso anticorrupção

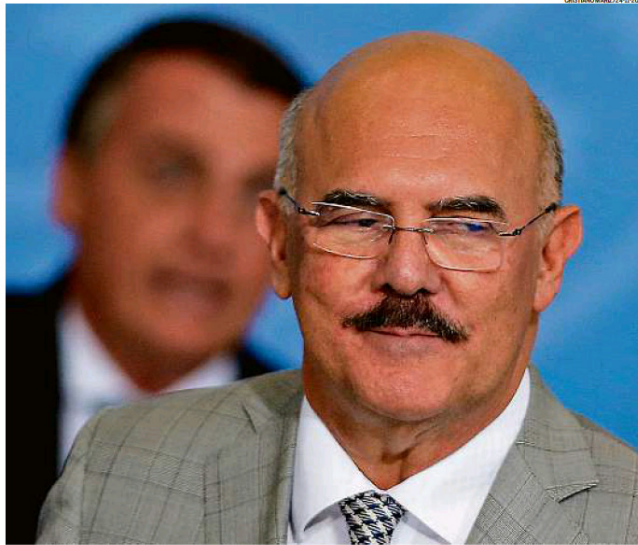
JUSSARA SOARES, AGUIRRE TALENTO, PAULA FERREIRA, EDUARDO GONÇALVES

A campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) sofreu um abalo ontem, faltando pouco mais de três meses para a eleição, com a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. O ex-integrante do governo é alvo de uma investigação da Polícia Federal que apura suspeitas de corrupção e tráfico de influência na pasta que comandava. O episódio foi considerado um "desastre" por interlocutores do titular do Planalto, que avaliaram o caso como uma "tempestade perfeita", pois ao mesmo tempo em que munificava adversários contra o presidente, enfraquece o discurso de combate à corrupção que o elegeu há quatro anos.

Ribeiro foi preso por volta das 7h, em Santos, onde voltou a morar desde que deixou o governo, em março. Ele deve participar hoje de audiência de custódia via videoconferência. A investigação apura denúncia de que os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos — também presos ontem — cobravam propina para facilitar a liberação de recursos do MEC para prefeituras. O caso corre sob sigilo e não ficaram totalmente claras as motivações para a decretação da prisão preventiva. O advogado do ex-ministro, Daniel Bialski, confirmou ontem que a mulher do antigo chefe do MEC, Myrian Ribeiro, recebeu R\$ 60 mil de uma pessoa ligada a Moura. O advogado, contudo, afirmou ao GLOBO que o depósito é referente à venda de um carro e que não há "nada de errado".

NOVA PESQUISA HOJE A estratégia adotada ontem por integrantes do governo foi a de tentar blindar Bolsonaro, com o discurso de que, além de ter demitido o então ministro quando o caso foi revelado, ele não agiu para proteger o aliado das investigações. Há três meses, porém, o presidente defendeu Ribeiro das acusações e chegou a dizer que "botava a cara no fogo" por ele. Ontem, mudou o tom e admitiu que o caso "vai respingar" nele (leia mais na página 6).

Após as pesquisas de intenção de voto, Bolsonaro vinha apostando nos escândalos de corrupção dos governos do PT para se contrapor ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje lidera a corrida eleitoral. A expectativa em torno do presidente, era de que essa estratégia poderia ajudar a reverter o cenário, mas aliados agora ad-



Investigação. O ex-ministro Milton Ribeiro, à frente, e o presidente Jair Bolsonaro: operação da PF prendeu cinco suspeitos de atuação no esquema

COMO FUNCIONARIA O ESQUEMA

Investigação levou ex-ministro Milton Ribeiro à prisão

O ex-ministro Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são acusados de operar um balcão de negócios no MEC: os religiosos, mesmo sem ter cargo no governo, negociavam com prefeitos o repasse de verbas em troca de propina. Eles cobravam entre R\$ 15 mil a R\$ 40 mil e até mesmo a compra de Bíblias para facilitar a liberação dos recursos aos municípios, que conseguia a verba semanas depois da negociação.

QUEM É QUEM - OS DETIDOS NA OPERAÇÃO



- Milton Ribeiro: Pastor na Igreja Presbiteriana, teólogo e advogado, ficou no cargo de junho de 2020 a março de 2022, período em que recebeu dezenas de prefeitos levados ao ministério pelos pastores tobistas.
Gilmar Santos: Protagonista no lobby no MEC, diz que há 40 anos prega o Evangelho e divulga suas aulas de teologia. É fundador da Igreja Assembleia de Deus Ministério Cristo para Todos e preside uma convenção nacional de igrejas.
Arilton Moura: Braço direito de Gilmar Santos nas agendas do MEC, é apontado por prefeitos como o principal nome na cobrança de vantagens indevidas. Ele também é assessor de assuntos políticos da convenção nacional de igrejas.
Luciano Musse: Ex-gerente de projetos da Secretaria Executiva do MEC é apontado como interlocutor dos pastores dentro do MEC. Foi exonerado assim que Victor Godoy assumiu no lugar de Ribeiro.
Helder Bartolomeu: O ex-assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da prefeitura de Goiânia também era ligado aos pastores e chegou a participar de evento sobre liberação de recursos do MEC a pedido de Arilton.

Infographic with icons and text explaining: O ÁUDIO (audit from Folha de S. Paulo), A ACUSAÇÃO (investigation by PF), DA PRESSÃO À DEMISSÃO (pressure from Bolsonaro), INFLUÊNCIA NO GOVERNO (access to Planalto).

mitem que a prisão deve ter impacto negativo — hoje será divulgada uma nova rodada do Datafolha, o que pode acrescentar ainda mais pressão na campanha à reeleição.

Em declaração à colunista Bela Megale, do GLOBO, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, admitiu que a prisão apresenta um revés na corri-

da do titular do Planalto por um novo mandato, mas voltou a recorrer à comparação com o governo petista para tentar descolar o pai das denúncias envolvendo o ex-

chefe da pasta da Educação. —Óbvio que não é algo positivo, mas o presidente Bolsonaro diferencia sua postura quando o ministro é afastado e as investigações acontecem

normalmente. Essa postura é contrária ao que acontecia nos governos passados, onde havia corrupção generalizada. Dilma tentou usar a estrutura de poder para nomear Lula para um ministério e blindá-lo — disse o senador.

"ACESSO PAGO"

Além de Ribeiro e os dois pastores, a PF também prendeu ontem Luciano Musse, que foi gerente de projetos da Secretaria Executiva na gestão do ex-ministro na pasta, e o ex-assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da prefeitura de Goiânia Helder Bartolomeu, ligado aos pastores. Também foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão nos estados de Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

A operação, batizada de "Acesso Pago", foi autorizada pelo juiz federal Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, e apura crimes de corrupção passiva (que tem pena prevista de dois a doze anos de prisão), tráfico de influência (dois a quatro anos), prevaricação (três meses a um ano) e advocacia administrativa (uma a três meses). A investigação teve início no Supremo Tribunal Federal (STF), mas foi enviada à primeira instância depois que Ribeiro deixou o cargo de ministro.

A atuação dos pastores na pasta foi revelada em março, pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que mostrou como os religiosos prometiam a prefeitos facilitar a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em troca de propina.

Prefeitos abordados pela dupla admitiram ao GLOBO que os pastores cobravam propina até mesmo por meio da compra de Bíblias. Em um áudio revelado pelo jornal "Folha de S. Paulo", na época em que o caso foi divulgado, Ribeiro afirmou que a prioridade dada a Santos e Moura foi um pedido do próprio presidente. Em depoimento dado à PF no dia 31 de março, o ex-ministro confirmou que Bolsonaro pediu que ele recebesse Santos.

Como revelou o GLOBO em abril, os pastores tinham amplo acesso à cúpula do governo. Moura esteve 35 vezes no Palácio do Planalto desde o início do governo Bolsonaro, enquanto Santos foi à sede do Executivo dez vezes no mesmo período.

O prédio do MEC foi um dos locais de buscas em Brasília. O atual ministro da pasta, Victor Godoy, ocupava o posto de secretário executivo de Ribeiro, ou seja, o número dois do MEC. Em entrevista ontem, defendeu punição "a todos aqueles que tenham praticado irregularidades".

“Óbvio que não é positivo, mas o presidente diferencia sua postura quando o ministro é afastado e as investigações acontecem normalmente. É o contrário do que acontecia em governos passados”

Flávio Bolsonaro, senador e integrante do comitê da campanha à reeleição

Editoria de Arte

Defesa vê prisão 'ilegal' e tenta habeas corpus

Para advogado de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação não representa 'qualquer perigo à ordem pública' e deve ser solto. Criminalista argumenta que fatos são antigos e não vê critério atendido para detenção preventiva

GUSTAVO SCHMITT
gustavo@sujeito.com.br
SOMÉLIO

Advogado do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, Daniel Bialski classificou ontem a prisão do ex-ministro como "ilegal" e ingressou à noite com um pedido habeas corpus e um mandado de segurança para obter por liminar acesso aos autos. A defesa do ex-ministro reclamou de não conhecer toda a decisão e, no início da noite, entrou com um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) pedindo acesso ao processo.

Um dos argumentos do advogado é que os fatos conhecidos até aqui sob investigação datam de meses atrás, o que não daria motivo para uma prisão preventiva.

— Mesmo ainda não tendo conhecimento do teor da decisão que decretou a prisão preventiva, essa medida, que sempre deve ser excepcional, não encontra respaldo nas hipóteses possíveis. Os fatos ocorrem faz tempo, o que exclui a necessária contemporaneidade.

Ribeiro foi alvo de busca e mandado de prisão nestamãnhã por suspeitas de envolvimento em corrupção e tráfico de influência durante sua gestão à frente do Ministério

da Educação. Outro argumento do advogado é que não haveria necessidade de prisão porque o ex-ministro não ameaçaria a ordem social, que é um dos requisitos legais para a decretação de prisão preventiva. Um outro critério é a obstrução de Justiça, seja por meio de destruição de provas, coação de testemunhas ou risco de fuga, por exemplo. Na visão da defesa, não há requisitos contemplados para a decisão do juiz.

— O ex-ministro não representa qualquer perigo à ordem pública, aplicação da lei e ou instrução criminal. A acusação não é de crimes contra a violência, hediondo ou de cuja imputação poderia se presumir periculosidade. Além disso, medidas difusas da prisão, cautelares, seriam suficientes e não prisão, que é a última alternativa e que deveria ser utilizada apenas em casos extremos — completou Bialski.

Bialski tentou evitar que Ribeiro fosse transferido para Brasília após a prisão em São Paulo, mas teve o pedido negado pela Justiça Federal. Mesmo assim, até a noite de ontem, o ex-ministro do governo Bolsonaro permanecia na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo aguardando a transferência. Bialski disse que uma audiência

de custódia poderia ser feita por videoconferência antes da viagem para o Distrito Federal e que a PF não teria conseguido organizar a logística para o transporte de Ribeiro.

O pedido de habeas corpus para soltar o ex-ministro deve seguir a mesma linha de argumentação, acrescentando que os fatos apurados já aconteceram há algum tempo.

PRERROGATIVAS: "MANCHA"

Coordenador do Grupo Prerrogativas, coletivo que reúne advogados e representantes da sociedade civil, Marco Aurélio de Carvalho disse que defende o devido processo legal mas destacou que a investigação sobre o ex-ministro da Educação é mais uma mancha para o governo Bolsonaro:

— O Grupo Prerrogativas entende que o que vale para Chico vale para Francisco e defende que deve ser respeitado o princípio da presunção de inocência, o devido processo legal e o sagrado direito de defesa, mas o fato é que o governo Bolsonaro foi manchado por mais uma escândalo de corrupção de extrema gravidade que envolve inclusive verbas para a área da educação. Esperamos que o Bolsonaro não interfira no trabalho da PF" (Colaboração Bruno Abdu)



Despachos. O juiz Renato Borelli também mandou bloquear bens de Crivella e cobrou recursos de João Paulo Cunha

Juíz já mandou Bolsonaro usar máscara

> O juiz Renato Borelli, quem mandou prender o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e faz parte atualmente da 15ª Vara Federal de Brasília, já decidiu contra políticos de diferentes partidos. Em 2020, durante a pandemia, ele determinou que o presidente Jair Bolsonaro, hoje no

PL, usasse máscara nos espaços públicos do Distrito Federal, mas a decisão acabou sendo derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

> Borelli também já mandou bloquear os bens do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (Republicanos); determinou que o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no

mensalão, ressarcisse os cofres públicos em R\$11 milhões; e ordenou o ex-deputado Rocha Loures (MDB-PR) a devolver salários recebidos.

> O magistrado também já decidiu sobre políticas públicas e atos do governo. No começo deste mês, por exemplo, ele adiou retorno do trabalho presencial de auditores da Receita que fazem parte do

grupo de risco em razão de altos casos de Covid-19.

> Em 2017, quando o presidente era o Michel Temer, suspendeu o aumento de um imposto federal sobre combustíveis. Em 2016, anulou uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que tinha liberado o banco Itaú de uma multa de R\$331,2 milhões.

Ciro e Tebet falam em corrupção no governo; Lula silencia

Pedetista vê 'falso pastor', tenta puxar presidente para o caso e senadora cita 'desmando'. Lula evita abordar assunto, mas PT ironiza Bolsonaro

CAMELA ZARUR ESERGIO ROXO
carmela@sujeito.com.br
SOMÉLIO

A prisão do ex-ministro Milton Ribeiro já começou a ser usada como munição por adversários do presidente Jair Bolsonaro (PL). Pré-candidatos ao Planalto reagiram enfatizando a prática de corrupção dentro do governo. Líder nas pesquisas de intenção de voto e sempre alvo de adversários pelos casos de corrupção nos governos petistas, Lula, contudo, evitou falar diretamente sobre o episódio, deixando ao PT a manifestação nas redes.

Em entrevista à rádio Nova Manhã, da Bahia, o pedetista Ciro Gomes chamou Milton

Ribeiro de "falso pastor" e o acusou de atuar junto a Bolsonaro, promovendo uma "tragédia" na Educação:

— O pior investimento na história, as universidades estão fechando as portas e a gente recebe a notícia que estão roubando dinheiro. Um camarada, que é do grupo de falsos pastores, que despachava com o Bolsonaro. Não adianta dizer que foi o pastor. O Bolsonaro que mandou o ministro picareta.

Simone Tebet, pré-candidata do MDB, por sua vez, usou as redes sociais para comentar o caso: "A prisão preventiva do ex-ministro e de lobistas por suspeita de corrupção revela todo desmando que virou a



Silêncio. Lula não falou, mas PT postou no Twitter



Ataques. Ciro citou influência de pastores no MEC



Reação. Tebet diz que MEC virou caso de polícia

Educação neste governo. O que deveria ser prioridade nacional e política de estado virou manchete policial. Corrupção também é marca desse governo. Nas vacinas, na educação, no orçamento secreto. O Brasil precisa de um novo caminho. É possível fazer diferente", escreveu.

Lula silenciou, mas o perfil do PT no Twitter compartilhou um vídeo com a fala de Bolsonaro afirmando que colocaria "a cara no

fogo" por Ribeiro e uma charge com o rosto de Bolsonaro pegando fogo.

Pré-candidato pelo Avante, deputado federal André Janones (MG) também ironizou: "Ministro do governo 'sem corrupção' preso por corrupção. Taokey? Bom dia", escreveu no Twitter, imitando bordão atribuído a Bolsonaro.

Já Luiz Felipe D'Avila, pré-candidato do Novo, disse que a gestão Bolsonaro transformou o "FNDE

num antro de distribuição de verbas pública" para "agradar alas ideológicas".

"VAI APARECER MAIS"

Candidato a governador de São Paulo e rompido com Bolsonaro, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou que mais casos de suspeitas de corrupção vão aparecer com a prisão de Ribeiro e dos pastores, informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Weintraub foi demitido após ter, segundo o próprio, resistido a entregar o FNDE ao Centrão:

— O Milton Ribeiro saiu e a turma toda ficou. Então, eles continuam atuando. Tem muito mais coisas acontecendo no MEC. (...) A equipe que gerou todo esse coroço continua lá. Os desgastes vão continuar, vão aparecer mais coisas. E, se não aparecer agora, vai aparecer ano que vem.

Horas antes da prisão, pedidos de dinheiro para templo

Alvo da operação da Polícia Federal, pastor Gilmar Santos tentava recolher recursos para reforma de igreja em Goiânia

GUILHERME CAETANO
guilherme@sujeito.com.br
SOMÉLIO

O pastor evangélico Gilmar Santos, alvo de um mandado de prisão pela Polícia Federal na manhã de ontem por suspeitas de corrupção no Ministério da Educação, cobrou fiéis por reforma em um templo em

seu último culto, na noite de terça-feira.

Antes da oração, já no púlpito da igreja Ministério Cristo para Todos, em Goiânia, Santos fez um apelo ao público para que contribuisse com "duas parcelas de R\$250 ou de R\$500" para ajudar na reforma da fachada do prédio. Ele sugeriu, a

quem não tivesse condições de contribuir com esses valores, que doasse duas parcelas de R\$200 ou de R\$100.

— Estou pedindo em nome de Jesus que os irmãos que puderem, no término do culto, dizerem "eu posso, eu posso (contribuir financeira-

mente)". Dividi lá em duas parcelas. A verdade é que nossos irmãos e visitantes, quando chegam aqui, dizem "eu não imaginava que aqui dentro era tão bonito, porque lá fora a fachada está precisando, está precisando" — declarou.

Santos informou aos fiéis

que, na manhã desta quarta, às 9h30m, um profissional da área da construção civil compareceria ao prédio para analisar a nivelção das paredes e o posterior revestimento com vidro espelhado, e reforçou o pedido por recursos, porque "as coisas não estão fáceis". Ele mostrou um

projeto da nova fachada num telão.

Nesse mesmo horário, a PF já estava nas ruas para deflagrar a operação "Acesso Pago", que prendeu também o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

Além de Gilmar Santos e Milton Ribeiro, o pastor Arilton Moura também foi alvo de busca e apreensão e prisão, sob suspeitas de crimes na liberação de recursos do Ministério da Educação para prefeituras.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4 a 8